

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Despacho n.º 11 498/2005 (2.ª série). — Atendendo à necessidade de imprimir uma maior eficácia ao funcionamento dos serviços, tendo por base os princípios de desconcentração de poderes e da celeridade da decisão, no uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino a seguinte distribuição orgânica:

Subdirectora Dr.ª Maria Rita de Oliveira Horta:

Direcção de Serviços de Estudos, Planeamento e Prospectiva;
Direcção de Serviços de Estatística e Gestão de Informação.

Subdirector engenheiro Fernando Alves Marques Mano:

Direcção de Serviços de Produções Animais;
Direcção de Serviços de Produções Vegetais;
Divisão de Cooperação para o Desenvolvimento.

6 de Maio de 2005. — O Director, *António Manuel Soares Serrano*.

Direcção de Serviços de Gestão e Administração

Despacho (extracto) n.º 11 499/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Eduardo Albano Duque Correia Diniz, técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro deste Gabinete — nomeado, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Aves, Ovos e Suínos, deste organismo, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

10 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 11 500/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Ana Dulce Almeida Martins, assessora da carreira de engenheiro do quadro deste Gabinete — promovida a assessora principal, escalão 1, índice 710, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 11 501/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Maria Margarida Azevedo Pereira Moreau Caiado Ferreira, assessora da carreira de técnico superior do quadro deste Gabinete — promovida a assessora principal, escalão 1, índice 710, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 11 502/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Maria do Socorro Soares Rosário, assessora da carreira de técnico superior do quadro deste Gabinete — promovida a assessora principal, escalão 1, índice 710, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 11 503/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Ana Isabel de Jesus Antunes, técnica superior principal da carreira de engenheiro do quadro deste Gabinete — promovida a assessora, escalão 1, índice 610, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 11 504/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Ana Maria da Silva Faria Filipe de Moraes, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro deste Gabinete — promovida a técnica superior principal, escalão 1, índice 510, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 11 505/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Nuno Miguel Oliveira Manana Pires Francisco, técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro deste Gabinete — promovido a técnico superior principal, escalão 1, índice 510, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 11 506/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2005 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Florinda Maria João Charneca dos Santos, técnica de informática do grau 2, nível 3, índice 580, da carreira de técnico de informática do quadro deste Gabinete — promovida a técnica de informática do grau 3, nível 1, escalão 2, índice 610, da mesma carreira, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Directora, *Maria del Carmen Pastor*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Despacho n.º 11 507/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas:

Irene San Payo Cadima, assistente de investigação — autorizada a prorrogação da nomeação em comissão de serviço extraordinária, por mais um biénio, com efeitos a partir de 5 de Março de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Lucas*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 508/2005 (2.ª série). — O Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais é o serviço de concepção, coordenação e apoio técnico no âmbito das relações internacionais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O licenciado Adolfo Louro Alves, para além dos requisitos gerais exigíveis, pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possui a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que é nomeado.

Assim, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 41/99, de 9 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 171/2004, de 17 de Julho, e conforme o disposto no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado subdirector-geral do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais o licenciado Adolfo Louro Alves.

2 — Para o efeito, é o mesmo requisitado à Direcção dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 9 de Maio de 2005.

5 de Maio de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(síntese biográfica)

Adolfo Louro Alves, nascido em Vila Garcia, Trancoso, em 7 de Março de 1945.

Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade J. W. Goethe em Frankfurt/Main.

Entre 1963 e 1972, desempenhou funções nos sectores de contabilidade, comercial e cultural na Embaixada do Brasil em Bona.

Foi chefe dos Serviços Sociais no Consulado-Geral de Portugal em Frankfurt, entre 1976 e 1991, exercendo funções na Embaixada de Portugal como responsável pelo sector de apoio às associações portuguesas na República Federal da Alemanha.

Em 1991, foi nomeado coordenador do Centro de Formação Profissional e Desenvolvimento Regional de Trancoso.

Em 1993, foi responsável pelo sector de formação da Siemens, S. A., em Lisboa, e da respectiva escola tecnológica.

Entre 1993 e 1995, foi monitor no Gabinete Português de Estudos Humanísticos — formação pedagógica de formadores no domínio das línguas estrangeiras de intervenção comunitária (alemão).

Em 1996, retomou funções públicas como técnico superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocado na Direcção dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Actualmente, é coordenador do grupo de trabalho que executa o Acordo sobre Contratação Recíproca, celebrado entre Portugal e o Brasil, em articulação com a Inspecção-Geral do Trabalho e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Despacho n.º 11 509/2005 (2.ª série). — A Secretária-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social é o serviço de apoio técnico e administrativo, de contencioso e de consultadoria jurídica aos membros do Governo e, no âmbito geral do Ministério, de relações públicas, de elaboração e acompanhamento da execução do orçamento de funcionamento, de formação e gestão partilhada de recursos humanos, organizacionais, instalações e equipamentos e de promoção da modernização administrativa.

Os licenciados Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido e Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia, para além dos requisitos gerais exigíveis, pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que são nomeados.

Assim, nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42/99, de 10 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 171/2004, de 17 de Julho, e conforme o disposto no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — São nomeados secretários-gerais-adjuntos da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social os licenciados Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido e Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia.

2 — Para o efeito a licenciada Teresinha Garrido é requisitada à Direcção-Geral de Empresas, do Ministério da Economia e Inovação.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 9 de Maio de 2005.

10 de Maio de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia, nascido em Machico, Madeira. Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Estágio de advocacia, com a duração de 18 meses, concluído em 1982. Experiência profissional:

Técnico superior, de 1982 a 1988, na Direcção-Geral da Organização e Recursos Humanos da SESS, e em 1989, no Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado; Assessor jurídico da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde, em 1993 e nos Serviços Sociais do Ministério da Saúde, de 1994 a 1996;

Assessor principal, desde Maio de 1995;

Enquanto técnico superior desenvolveu a sua actividade nas áreas jurídica e da gestão e administração de pessoal.

Cargos dirigentes:

Adjunto do director regional da Direcção de Gestão Habitacional de Santo André do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, de 19 de Setembro de 1989 a 26 de Dezembro de 1990;

Chefe de divisão de Pessoal e Administração do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, de 27 de Dezembro de 1990 a 31 de Janeiro de 1993;

Chefe de divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Cascais, de 16 de Agosto de 1993 a 30 de Junho de 1994;

Chefe de divisão de Quadros e Carreiras da Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, de 16 de Janeiro de 1997 a 27 de Outubro de 1998;

Vogal do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde, de 28 de Outubro de 1998 a 30 de Junho de 2000;

Director de Serviços de Administração de Pessoal, Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, de 1 de Junho de 2000 e até à presente data.

Outras experiências profissionais:

Vogal do conselho directivo da Associação Mutualista dos Trabalhadores da Saúde, de 16 de Novembro de 1998 a 31 de Maio de 2000;

Consultor jurídico do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, de Junho de 1993 a Janeiro de 1995;

Exercício da advocacia durante alguns anos, estando actualmente com a sua inscrição suspensa na Ordem dos Advogados.

Curriculum vitae

(síntese da nota biográfica)

Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido, natural de Sardoal, Distrito de Santarém, licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Gestão em 1975-1976.

Frequentou o ISE o curso de pós-graduação em Métodos Matemáticos para a Economia. Frequentou o seminário de Alta Direcção em 2004 no Instituto Nacional de Administração.

Entre 1977 e 1995 foi docente no ISCTE e no ISEG onde leccionou as cadeiras de: Economia de Empresa e Contabilidade, Estudos Aplicados de Economia II, Política de Preços, Política de Rendimentos e Preços, Fontes e Métodos Estatísticos, e Economia Portuguesa e Europeia.

Entre 1983 e 1990 foi técnica superior no Departamento Central de Planeamento do Ministério da Economia, tendo sido coordenadora dos Planos Integrados de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego e da Cova da Beira. Pertence ao quadro da Direcção-Geral de Empresa do Ministério da Economia e Inovação, desde 1990, como assessora principal. Em Outubro de 1995 foi nomeada adjunta do Ministro da Economia. Foi adjunta do Secretário de Estado para a Competitividade e Internacionalização. Em Janeiro de 1998 foi nomeada assessora do Secretário de Estado do Emprego e Formação, cargo que exerceu até Outubro de 1999, altura em que integrou como assessora o Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

Entre 2000 e 2005 tem exercido as funções de subdirectora-geral do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

É membro do Comité Consultivo para a Livre Circulação de Trabalhadores do Conselho da União Europeia, na qualidade de representante governamental efectivo, nomeada em Outubro de 2001.

É membro do Comité Técnico para a Livre Circulação de Trabalhadores do Conselho da União Europeia, na qualidade de representante governamental suplente, desde Outubro de 2001.

Em Dezembro de 2000 foi nomeada representante suplente do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social na Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários.

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 11 510/2005 (2.ª série). — No exercício das competências que me foram delegadas por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de 28 de Abril de 2005 e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 76/93, de 12 de Março, e sob proposta da União Geral de Trabalhadores, nomeio, em substituição de Maria Teresa de Seabra Rangel Andrade, como representante efectivo no conselho consultivo do Centro de Reabilitação